

RBEST Revista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE** Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17462>

DOSSIÊ

Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho na Bahia*Maryanna Nascimento de Oliveira Silva ****Resumo**

Este artigo apresenta um panorama do desenvolvimento econômico na Bahia com o objetivo de investigar como as desigualdes regionais entre os municípios afetam o mercado de trabalho estadual. São utilizados dados da Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para analisar o processo de industrialização, a perda de dinamismo da economia baiana no período recente e as transformações no mercado de trabalho. É possível perceber que as políticas de desenvolvimento adotadas nas últimas décadas concentraram (de forma espacial e setorial) o Produto Interno Bruto, principalmente na Região Metropolitana de Salvador. Um grande desafio do governo estadual nessa área é promover uma trajetória de crescimento econômico integrado, que contemple os 417 municípios. Deve-se ter em consideração que a persistente heterogeneidade econômica e social dificulta o enfrentamento dos problemas estruturais do mercado de trabalho na Bahia.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Mercado de trabalho; Desigualdade regional – Brasil.

JEL: J21, J31, R11, R12.

* Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Política e Sociedade (NETPS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2242-1506>

E-mail: maryanna.ndos@gmail.com



Economic development and the labor market in Bahia-BR

Abstract

This article presents an overview of economic development in Bahia with the aim of investigating how regional inequalities between municipalities affect the state's labor market. Data from the Superintendence of Socioeconomic Studies of Bahia and the Brazilian Institute of Geography and Statistics are used to analyse the industrialization process, the loss of dynamism of the Bahian economy in the recent period and the transformations in the labour market. It can be seen that the development policies adopted in recent decades have concentrated (spatially and sectorally) the Gross Domestic Product, mainly in the Metropolitan Region of Salvador. A major challenge for the state government in this area is to promote a path of integrated economic growth that includes all 417 municipalities. It should be borne in mind that the persistent economic and social heterogeneity makes it difficult to tackle the structural problems of the labor market in Bahia.

Keywords: Economic development; Labor market; Regional inequality – Brazil.

Desarrollo económico y mercado laboral en Bahía-BR

Resumen

Este artículo presenta una panorámica del desarrollo económico de Bahía con el objetivo de investigar cómo las desigualdades regionales entre municipios afectan al mercado laboral del estado. Se utilizan datos de la Superintendencia de Estudios Socioeconómicos de Bahía y del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística para analizar el proceso de industrialización, la pérdida de dinamismo de la economía bahiana en el período reciente y las transformaciones del mercado laboral. Se observa que las políticas de desarrollo adoptadas en las últimas décadas han concentrado (espacial y sectorialmente) el Producto Interior Bruto, principalmente en la Región Metropolitana de Salvador. Un gran desafío para el gobierno estadual en esta área es promover un camino de crecimiento económico integrado que incluya a los 417 municipios. Hay que tener en cuenta que la persistente heterogeneidad económica y social dificulta el abordaje de los problemas estructurales del mercado de trabajo en Bahía.

Palabras clave: Desarrollo económico; Mercado laboral; Desigualdad regional – Brasil.

Développement économique et marché du travail à Bahia-BR

Résumé

Cet article présente une vue d'ensemble du développement économique à Bahia dans le but d'étudier comment les inégalités régionales entre les municipalités affectent le marché du travail de l'État. Les données de la Superintendance des études socio-économiques de Bahia et de l'Institut brésilien de géographie et de statistiques sont utilisées pour analyser le processus d'industrialisation, la perte de dynamisme de l'économie bahianaise au cours de la période récente et les transformations du marché du travail. On constate que les politiques de développement adoptées au cours des dernières décennies ont concentré (dans l'espace et dans les secteurs) le produit intérieur brut, principalement dans la région métropolitaine de Salvador. L'un des principaux défis du gouvernement de l'État dans ce domaine est de promouvoir une croissance économique intégrée qui englobe l'ensemble des 417 municipalités. Il convient de garder à l'esprit que l'hétérogénéité économique et sociale persistante rend difficile la résolution des problèmes structurels du marché du travail à Bahia.

Mots-clés: Développement économique; Marché du travail; Inégalité régionale – Brésil.

Introdução

A Bahia é um dos maiores estados do Brasil em dimensão territorial e populacional, se destaca pela heterogeneidade do seu território e pela considerável importância para a formação socioeconômica do país. Nessa perspectiva, este artigo tem um duplo objetivo. Primeiro: apresentar um panorama histórico do desenvolvimento econômico na Bahia, destacando o processo de industrialização, e analisar a concentração regional e setorial da economia baiana, em especial na Região Metropolitana de Salvador. Segundo: caracterizar o mercado de trabalho baiano e evidenciar que as desigualdades regionais produzem fortes desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho estadual.

Será feito um resgate das contribuições de autores que discutiram o processo de industrialização da Bahia e como essas políticas contribuíram para a concentração do estado, causando assimetrias de renda e na qualidade de vida para o conjunto da população baiana. Essa breve retrospectiva histórica é necessária para entender como as decisões políticas de desenvolvimento e crescimento econômico influenciam a dinâmica econômica na contemporaneidade, ressaltando a importância do papel do estado.

A contribuição da Bahia na economia nordestina é relevante. O setor público foi determinante para a industrialização baiana nos anos 1950, por exemplo, e nos anos 1970 e 1980 para o Nordeste como um todo. Houve muito investimento público na promoção do crescimento nordestino com incentivos à criação de uma melhor infraestrutura econômica e social (Araújo, 1995).

Assim, no decorrer da pesquisa pretende-se destacar as características de um estado subnacional e periférico como a Bahia, que apresenta especificidades em sua dinâmica econômica. A região apresenta desigualdades acentuadas em termos de desenvolvimento humano que fazem contraste com o posto de 7ª economia do país em termos de Produto Interno Bruto, ou seja, concentra grande parte da renda gerada produzindo desigualdades econômicas e sociais.

A partir disso, será feito um panorama econômico que reflete a realidade atual do estado, tomando por base os dados de 2012 a 2020 das agências de pesquisas e instituições governamentais, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Com base nesses elementos, será possível investigar como o avanço das políticas neoliberais no cenário nacional refletiram no mercado de trabalho baiano.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, são discutidos alguns aspectos do processo histórico da economia baiana, bem como o

problema da concentração regional. Na segunda seção, é analisado o desempenho econômico recente do estado. Na terceira seção, a discussão está focada nas características e tendências recentes do mercado de trabalho baiano, ressaltando as assimetrias territoriais e de gênero ainda presentes. Por fim, são feitas as considerações finais.

1. Considerações históricas sobre a economia baiana

Para compreender a complexidade da economia baiana é necessário voltar um pouco no tempo e resgatar alguns aspectos históricos que condicionaram seu desenvolvimento. A Bahia concentrava no trabalho escravo todas as etapas de sua produção eminentemente agrária com destaque para as lavouras de cana de açúcar, algodão, fumo, farinha de mandioca, aguardente, ouro, couro e solas etc., com a característica sempre marcante da dependência econômica internacional (Furtado, 1976).

Esse histórico colonial aliado à sua localização geográfica no Nordeste brasileiro coloca a Bahia na “periferia da periferia” capitalista. Isso trouxe muitas dificuldades para o estado, pois estar na periferia de um país também periférico implica receber poucos recursos de capital e trabalho para o seu crescimento e desenvolvimento (Pessoti et al., 2020, p. 324).

Para Guimarães Neto (1997) esta característica interfere na dependência econômica de uma região, pois houve transferência significativa dos excedentes gerados do Nordeste para o restante do país. As relações sociais de produção deixaram marcas na estrutura socioeconômica da região assim como as apropriações do território constituindo grandes latifúndios pela exploração das propriedades. Os requicícios da exploração do trabalho de pessoas escravizadas também definiram a dinâmica da região. Tais características perduraram e interferiram na inserção dos estados nordestinos no comércio internacional que tiveram seus produtos inseridos de forma marginal e instável (Guimarães Neto, 1997).

Pessoti e Pessoti (2019) corroboram com o exposto ao afirmar que a região contribuía com o país exportando mão de obra, mesmo com baixa qualificação e gerava divisa – o cacau, por exemplo. Assim, “a Bahia teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil” (Pessoti et al., 2020, p. 325).

A Bahia apresentou destaque no período colonial tanto por sua policultura exportadora como pelo porto dinâmico situado em Salvador, a cidade foi capital administrativa de Portugal até 1763, quando é transferida para o Rio de Janeiro (Almeida, 1952/2009; Mariani, 1957; Pinto de Aguiar, 1958/1977). No entanto, o estado perdeu representatividade na economia nacional ainda no século XIX se estendendo até a década de 1950. Passando por

uma fase de estagnação econômica que perdurou até o século XX. Esse período foi amplamente discutido pela literatura que cunhou alguns termos: “problema econômico baiano” (Mariani, 1957), “involução industrial da Bahia” (Tavares, 1966) e “enigma baiano”¹ (Pinto de Aguiar, 1958; Almeida, 1986), como forma de explicar o comportamento da economia baiana antes do período de industrialização (Cavalcante, 2007).

Em *Notas sobre o enigma baiano*, publicado por Pinto de Aguiar em 1958, o autor tenta responder o porquê da dificuldade de industrializar a Bahia. Considera que o desenvolvimento econômico não depende apenas dos recursos naturais e humanos, pois os comportamentos das políticas públicas e a burocracia das instituições também fazem parte dos fatores de desenvolvimento de uma região. Ele destaca a dinâmica econômica do estado enfatizando que não é suficiente ter farta mão de obra, mas esta não ser especializada. Assim como não adianta ter grandes portos, bem localizadas, mas sem aparelhamento suficiente (Pinto de Aguiar, 1958).

Para Mariani (1957) a origem dos problemas econômicos que levaram a decadência baiana repousa na crise da cana de açúcar e conseqüentemente, da queda de participação dessa cultura que por tantos anos beneficiou o comércio exterior. Também aponta o processo de transição do trabalho escravo para livre que ocorreu sem nenhuma política pública que organizasse e estruturasse uma transição complexa como essa (Mariani, 1957). Já para Almeida (1970) a causa do problema era estrutural, o estado não tinha a infraestrutura necessária para colocar e manter um desenvolvimento industrial.

Em contrapartida, Spinola (2003, 2009) sustenta que na verdade não existiu nenhum enigma, ele chama o “enigma baiano” de falácia. De acordo com este autor, a decadência da economia baiana no século XX está relacionada ao longo processo escravagista que levou a maioria da população a extrema pobreza. Discorre que a falta de recursos da população impediu que o estado pudesse ter um mercado interno forte, já que as famílias por não possuírem poder de compra não tinham como movimentar a economia. Além disso, destaca um importante fator: a falta de reformas estruturais. Para Spinola (2003), como a transição do trabalho escravo para o assalariado ocorreu sem nenhuma política social e educacional a Bahia não tinha condições de formar uma massa crítica capaz de modernizar o estado (Spinola, 2003).

Até o ano de 1950 a Bahia continuava predominantemente agrária, mas o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) realizado em 1959 mudou a configuração econômica e social do estado, pois a proposta era alterar toda estrutura da economia baiana por meio de uma industrialização intensiva. O PLANDEB foi elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), sob a coordenação de Rômulo de Almeida.

¹ Spinola (2003, p. 102) atribui o termo “enigma baiano” ao ex-governador da Bahia Octávio Mangabeira.

O plano não foi aprovado formalmente pela Assembleia Legislativa da Bahia. Mas a estratégia de integração nacional foi sendo incorporada ao longo do tempo. Aliado a isso, a implementação da primeira Refinaria de petróleo da Petrobrás, a Landulpho Alves (RLAM), no Recôncavo baiano marca o início do processo de industrialização do estado. Esse processo não ocorreu em fluxo contínuo, houve descontinuidades no meio da cena histórica, mas se estendeu até os primeiros anos de instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final da década de 1970 e no início da década de 1980 (Cavalcante, 2007).

Os avanços que ocorrem na Bahia entre as décadas de 1950 e 1980 apontam para o processo de transição de uma economia predominantemente agrário-exportadora, dependente dos ciclos econômicos nacionais e internacionais, com baixo desempenho e concentrada na produção de commodities intermediárias. Cavalcante (2007) também destaca que a Bahia – diferente de outros estados – conseguiu prolongar a fase de industrialização e que tal fato tem forte influência do papel do Estado e da política de substituição de importantes no país (Cavalcante, 2007).

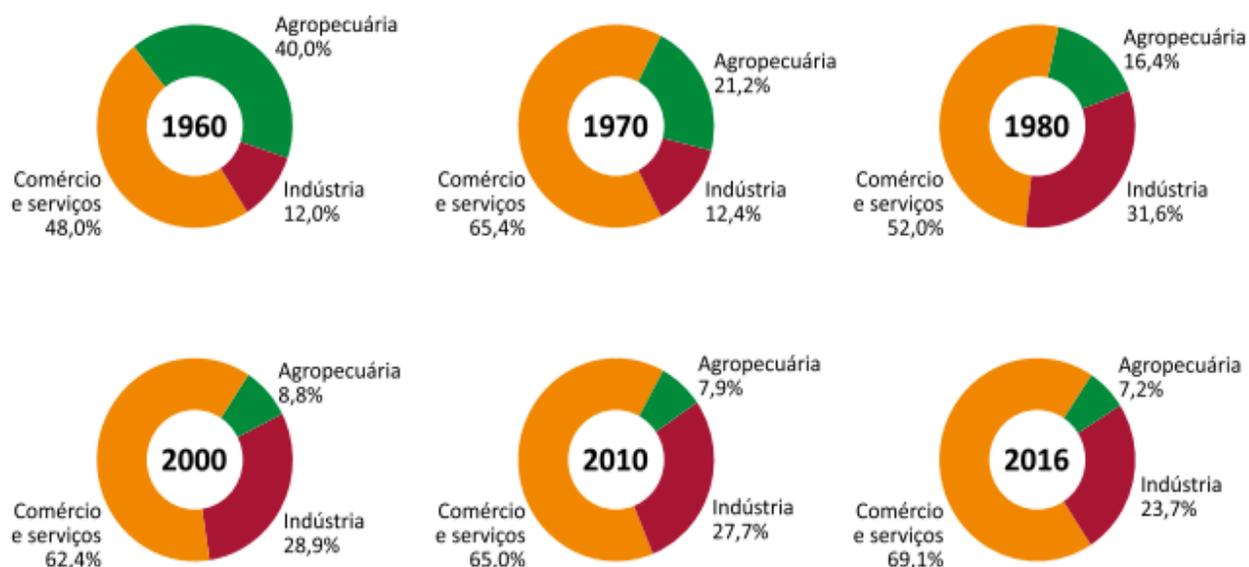
Em 1980 a Bahia teve um expressivo crescimento econômico, as taxas anuais médias do PIB foram superiores a 7% a.a, atingiu 11,3% em 1978, e 11,1% em 1980. Esse ritmo de crescimento e desenvolvimento industrial foi possível pelos elementos já apontados e também por um financiamento público e incentivos fiscais tanto no âmbito estadual quanto federal que ainda não havia ocorrido no estado (Spinola, 2004). Foi providenciada “[...] uma infraestrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc.” (Teixeira & Guerra, 2000, p. 5). Assim, percebe-se que o desenvolvimento industrial na Bahia ocorreu por meio de um processo exógeno de crescimento e não de uma dinâmica endógena, evidenciando a falta de uma política nacional de desenvolvimento regional, conforme observado por Teixeira e Guerra (2000, p. 4):

O fato é que, no final da década de cinquenta o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, a partir, principalmente, de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, essa última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas.

A política de isenção fiscal possibilitou a transferência de grandes empresas para a Bahia, mesmo que algumas dessas empresas tenham saído do estado após o prazo de concessão dos benefícios, é inegável o tamanho da contribuição dessas concessões para o incremento econômico baiano (Spinola, 2004).

Na Figura 1 é possível identificar mudanças que ocorreram na estrutura produtiva do estado e o aumento da participação da indústria no PIB baiano ao longo dos anos.

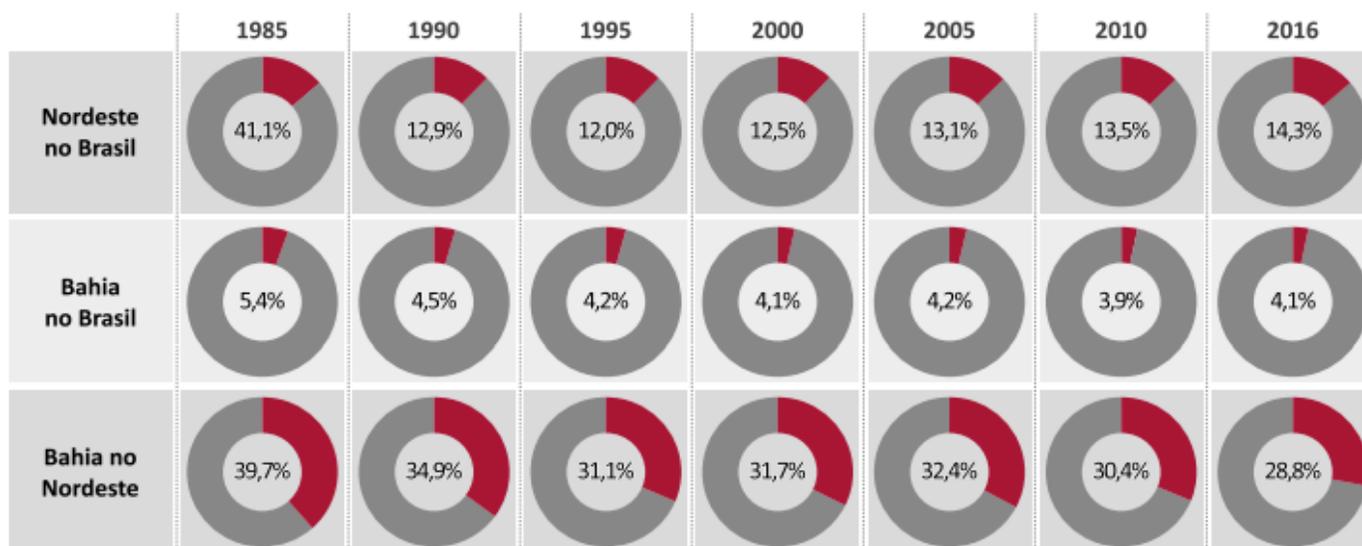
**Figura 1. Evolução da atividade econômica.
Bahia: 1960-2016.**



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016); Pessoti e Pessoti (2019).

A evolução da participação da indústria na composição do valor agregado para o estado da Bahia. Em 1960 a indústria fazia parte de apenas 12% do PIB baiano. Já em 1980 com os incentivos realizados pelo governo federal, com as empresas estatais e a chegada do pólo petroquímico o avanço foi mais que o dobro (31,8%) comparado a década de 1960. No entanto, nos anos 2000 em diante houve uma queda considerável de participação, mas ainda assim a indústria tem participação significativa na composição do PIB aliado ao setor de comércio e serviços, que corresponde ao maior valor em todos os anos considerados na Figura 1.

Verifica-se que, mesmo com as mudanças que aconteceram ao longo dos anos e os investimentos realizados na estrutura produtiva da Bahia, o estado não conseguiu manter a participação do setor industrial como nos anos 1980. Pelo contrário, percebe-se um processo de “desindustrialização”, que acabou afetando a participação do PIB baiano no PIB da região Nordeste.

Figura 2. Participação do Produto Interno Bruto do Nordeste e da Bahia, 1985-2016.

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016); Pessoti e Pessoti (2019).

Houve redução da participação do PIB da Bahia na região Nordeste e no restante do país (Figura 2). De 1985 a 2016 a participação da atividade econômica da Bahia no Brasil apresentou queda de 5,4% para 4,1%. Quando observada a participação da Bahia na região Nordeste, vê-se que também houve queda de 39,7% em 1985 para 28,8% em 2016, ou seja, o crescimento da economia baiana comparado com o da nordestina nesse período foi menor. Embora tenha ocorrido uma diversificação interna na Bahia, sua estrutura produtiva continuou concentrada especialmente. Essa questão será mais detalhada a seguir.

8

1.1. O problema da concentração regional

As contradições da região são complexas, por isso pretende-se apresentar algumas causas dessa dicotomia, entre figurar entre os estados mais ricos e ao mesmo tempo não proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população baiana.

O estado da Bahia é um dos maiores do país, tem 417 municípios com uma extensão territorial de 564,7 mil km², é o quinto estado brasileiro em extensão territorial, representando 6,6% do território nacional e 36,3% da área total do Nordeste (Anuário Estatístico da Bahia 2014). Além disso, de acordo com as estimativas do IBGE (SEI, 2021), possui 15 milhões de habitantes, dos quais 81,3% são negros.² É um dos estados mais populosos do país (4º colocado), é a 7º economia do país (PIB de R\$ 293,2 bilhões) e ocupa

² A pesquisa considerou como “negra” a soma da população que se autodeclarou preta e parda.

o 20º lugar em PIB per capita (R\$ 19.716,21) (SEI, 2020). Apesar de sua pujança econômica, a Bahia está na 22ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano entre os estados do país e tem uma elevada desigualdade de renda, com Índice de Gini estimado em 0,660.³

A contradição da posição da economia baiana e a renda da população é ainda mais intensa para o conjunto da população negra, principalmente para as mulheres. De acordo com o estudo *Desigualdades sociais por cor ou raça*⁴ (IBGE, 2018), o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza entre os que se declararam pretos ou pardos era de 5,3 milhões (43,8%). Entre a população branca, o percentual foi de 1,032 milhão de pessoas (38,6%). O IBGE (2018) aponta que a pobreza atingiu seu nível mais alto nas mulheres negras chefes de família que viviam sem a presença de cônjuge e com filhos menores de 14 anos de idade. Ainda de acordo com a pesquisa, o rendimento médio domiciliar per capita da população negra era cerca de 30% menor que o dos brancos na Bahia (IBGE, 2018).

As origens desse processo são históricas, desde o período colonial o estado esteve condicionado aos ciclos econômicos e ao longo das décadas passa a ser dependente de um modelo de desenvolvimento de concentração espacial, socioeconômica e setorial de sua riqueza e de seu produto interno. Não bastasse tais características, a Bahia abriga a maior população rural do país e concentra grande quantidade de pequenos produtores que vivem do comércio de simples mercadorias e de agricultura de subsistência (Pessoti et al., 2020).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento industrial que ocorreu no estado pode ser visto, sem exagero, como industrialização da Região Metropolitana de Salvador, pois apesar do forte crescimento do PIB, este sempre esteve concentrado na RMS. A Bahia saiu da estagnação econômica, isso é indiscutível, deixou de ser uma economia agroexportadora e atrasada, tornando-se mais dinâmica e produtiva (Teixeira & Guerra, 2000). Entretanto, o restante do estado continuou na miséria socioeconômica.

A política de atração de investimentos industriais e incentivos fiscais que possibilitou o crescimento da Bahia mostram que um estado subnacional e periférico, desarticulado de um projeto nacional desenvolvimentista não é capaz de gerar riquezas de modo equânime. Em alguns momentos o Estado buscou ampliar sua participação na economia com recursos próprios e muita negociação política. Mas, a Bahia não conseguiu desenvolver

³ O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo. O indicador é usado para mostrar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O coeficiente se situa entre zero (igualdade absoluta, isto é, todos têm a mesma renda) e 1 (extremo da métrica de desigualdade).

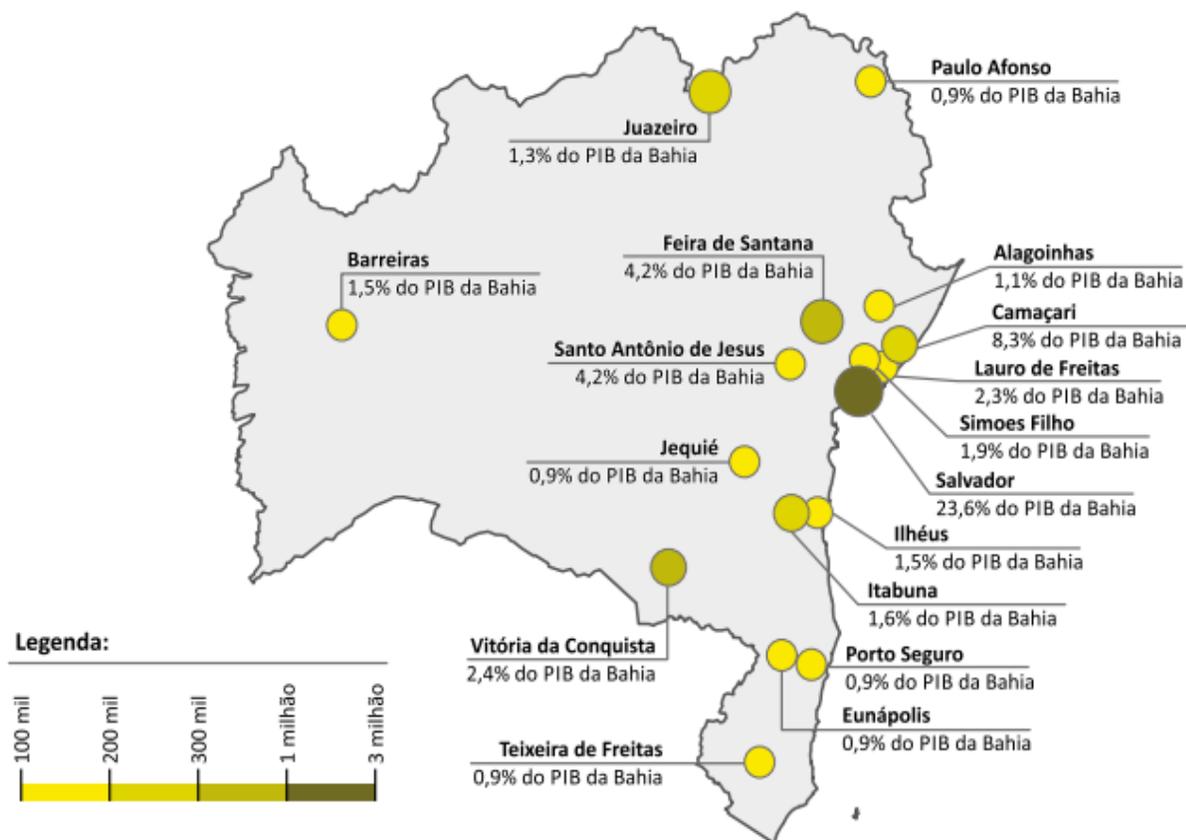
⁴ Esse estudo analisou pela ótica da cor da pele ou raça/etnia uma série de temas contemplados no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovado pela ONU com o objetivo de promover o respeito, à proteção e o cumprimento dos direitos humanos.

municípios de porte médio nem estabelecer redes de cidades dinâmicas e complementares, apenas cidades que polarizaram algumas regiões. “Fato – não único – que dificultou uma integração do território, bem como limitou a geração de externalidades das atividades econômicas que foram atraídas, sobretudo para a Região Metropolitana” (Pessoti et al., 2020, p. 326).

Nesse sentido, um dos maiores problemas da Bahia é a elevada concentração de renda e de fatores econômicos, pois os municípios da região metropolitana de Salvador detêm a maior riqueza do estado bem como os municípios da região oeste que possuem potencial agrícola. Já os municípios localizados na região do semiárido que compõe 78,6% do território baiano apresentam, historicamente, elevada pobreza intergeracional (Pessoti et al., 2020).

Assim, o modelo de desenvolvimento altamente concentrador não foi capaz de aumentar a matriz produtiva do estado. Na Figura 3 é possível identificar como a economia baiana é concentrada em poucos municípios.

Figura 3. Participação dos municípios na composição do PIB estadual. Bahia: 2015.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016); Pessot e Pessot (2019).

De acordo com a Figura 3, em 2015, os municípios com mais de 100 mil habitantes representavam 40,9% da população baiana. É importante destacar que 80% do estado é formado por municípios com população de 50 mil habitantes. A Região Metropolitana de Salvador contava com quatro municípios, o Litoral Sul e a Costa do Descobrimento com dois municípios. O restante estava localizado na Região Semiárida, no Recôncavo e no Litoral Norte (agreste baiano). Chama atenção o tamanho da participação de Salvador (23,6%), quase um quarto do PIB estadual, seguida por Camaçari (8,3%), Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus (4,2%).

Em 2021, a situação não alterou muito, a Bahia contava com dezessete municípios com mais de 100 mil habitantes, representando 41,6% da população total do estado. A RMS continuou concentrando os melhores resultados. Os dados confirmam a concentração geográfica da riqueza da baiana, onde poucos lugares parecem “ilhas de prosperidade cercadas por vazios econômicos” (Pessoti & Pessoti, 2019, p. 404). Evidenciando que o maior problema da Bahia é integrar o território para poder crescer e se desenvolver de modo saudável para diminuir a concentração de renda e as disparidades sociais.

2. Dinâmica recente da economia baiana

11

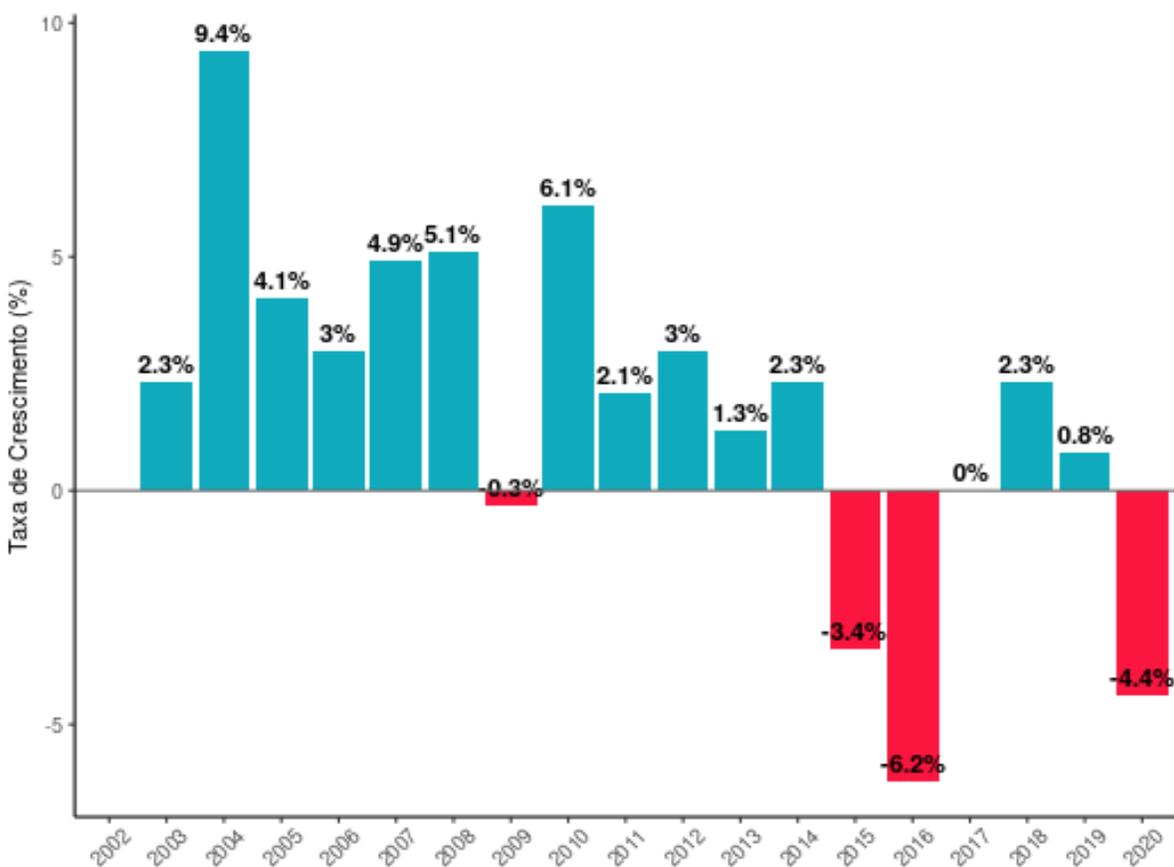
A atual condição em que o estado da Bahia se encontra no conjunto da economia nacional reflete aos fatores históricos e sociais discutidos anteriormente. Para Pessoti et al. (2020), por ser uma unidade subnacional, a Bahia não tem como controlar as variáveis macroeconômicas e por isso tem autonomia limitada, condicionada as políticas adotadas no âmbito federal, o que os deixa mais vulneráveis. Ressalta que “estar na periferia de um país periférico significa, para o processo de crescimento econômico, poucos recursos de capital e trabalho para uma acumulação sustentada” (Pessoti et al., 2020, p. 324).

Nesse sentido, a economia baiana não tinha como passar imune as crises econômicas e políticas que ocorreram no Brasil nesses últimos anos. Paralelamente a isso fatores climáticos também incidem fortemente no estado. Nos anos 2012 e 2013, por exemplo, a Bahia passou por um longo período de estiagem que levou a uma severa quebra de safra e diminuição do crescimento econômico. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2014, do IBGE, as maiores quedas de safra foram de sorgo (-70,9%), algodão (-41,5%) e soja (-21,3%), importante destacar que esses produtos estão entre os mais importantes na exportação do estado. De acordo com a Pesquisa da Pecuária Municipal, também houve redução na produção pecuária, chegando a uma queda de 57% entre 2012 e 2013 (IBGE, 2014).

No setor agropecuário a queda em 2012 foi de (-14,5%). Há um destaque para a indústria extrativa compondo 7,5% do valor adicionado, seguido de alojamento e alimentação (8,2%). Em 2013 a agropecuária continua em queda (-4,5%), mas em proporção bem menor que o ano anterior, chama atenção a diminuição de participação do setor de alojamento e alimentação (-1,4%) comparado a 2012 e a queda na participação dos setores de transportes (-3,1%), indústria de transformação (-3,3%) e eletricidade, gás e água (-1,1%).

Houve recuperação da atividade agrícola nos anos seguintes, mas como a região não apresentou diversificação tecnológica continuou com a dependência de produtos agrícolas tradicionais com participação expressiva na composição do PIB do estado como soja, algodão e milho. O que não difere muito do restante do Nordeste que também apresenta maior participação no PIB com essas culturas, destaque para soja (19 bilhões), consagrando a região como 3º maior produtor do país (SEI, 2022).

Gráfico 1. Taxa de crescimento anual do PIB (%). Bahia: 2012-2020.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2022).

No Gráfico 1, é possível identificar a evolução do PIB baiano de 2012 a 2020. Em 2014, o crescimento do PIB baiano foi de 2,3%, setores como agropecuária apresentaram alta (16%) e contribuíram para o saldo positivo. Bem como o setor de serviços que cresceu 2,1% ligado ao setor de transportes (6,9%) e comércio (3,2%). Houve queda no setor da indústria que impactou todas as suas atividades relacionadas: transformação (-4,9%), eletricidade e água (-2,6%), extrativa mineral (-2,2%) e construção (-2,1%) (SEI, 2014).

Naquele ano, a economia nacional cresceu atrelada à agropecuária (2,8%) e ao setor de serviços (1,0%). Porém, a indústria nacional, assim como a baiana, obteve retração de 1,5%. O baixo desempenho ocorreu em três setores dessas atividades: transformação (-4,7%), construção civil (-2,1%), e eletricidade e água (-1,9%). O único setor que fechou em alta foi o de extrativa mineral (9,1%).

Com a crise econômica de 2015 que afetou todo o país, houve queda do PIB nos estados da federação. Na Bahia a retração foi de (-3,4%), os piores desempenhos foram na indústria (-7,9%) e serviços (-3,0%). Mas ainda assim, os resultados desses setores foram melhores que a média nacional (-5,8%) e (-2,7%), respectivamente. O único setor da economia baiana com resultado positivo foi o agropecuário (9,9%), atrelado ao cultivo da soja (SEI, 2015). A indústria baiana apresentou retração de 7,9% e a nacional (-5,8%), seguida do setor de serviços (-2,7%). Na Bahia, o setor de serviços caiu (-3%), aqui cabe destacar que essa foi a primeira queda no setor desde 2002, o comércio caiu (-9,4%). A Bahia conseguiu manter a 7ª posição na participação nacional, apesar de ter sido afetada consideravelmente com a recessão da economia nacional. As políticas de austeridade adotadas também prejudicaram a Bahia que apresentou menor geração de emprego e renda. Tal cenário aliado às dificuldades estruturais e de concentração de renda influenciaram esses números (SEI, 2015).

O ano de 2016 foi de mudanças para o estado. Apesar do PIB baiano ter diminuído (-6,2%), houve recuperação na posição no *ranking* nacional, a Bahia volta a ocupar a 6ª posição que havia ficado com Santa Catarina. Esse retorno foi importante porque, de acordo com o Sistema de Contas Regionais (2002-2016), até 2010 a Bahia era a 6ª economia nacional. Ainda em 2016, a economia baiana representou 29% do PIB da região Nordeste e 4,1% do PIB nacional.

Em contrapartida, nesse ano o setor agropecuário da Bahia teve queda (-23,8%) por fator exógeno: a seca. Acompanhado da atividade pecuária (-6,2%). Também houve queda no setor da indústria (-5,7%) e de serviços (-4,0%), refletindo nas atividades do comércio que recuaram 11,6% (SEI, 2016).

Em 2017, o estado sofreu as consequências da recessão, o PIB da Bahia não apresentou crescimento em relação ao ano anterior e voltou a perder a 7ª posição no ranking nacional para Santa Catarina com diferença de 0,17 p.p., a Bahia volta a crescer um pouco em 2018 (2,3%). Comparado ao Nordeste a participação foi de 28,2%, em 2017 e de 28,5% em 2018, com representação de 4,09% no total do país (SEI, 2018).

O setor agropecuário aumentou de 6,7% em 2017 para 7,6% em 2018 no que se refere ao valor adicionado bruto. A indústria teve o maior impacto negativo na economia baiana em 2017 perdeu participação foi de 23,7% para 22,4%. Essa variação ocorreu por conta das quedas nas indústrias de transformação (-1,9%) e por conta da construção civil (-9,3%). O setor de serviços cresceu 1,7%, mantendo participação alta no conjunto total da economia do estado com 70,8% (SEI, 2018).

O crescimento apresentado em 2018 impactou no PIB per capita da Bahia acumulando R\$ 19.324, a segunda maior renda do Nordeste, a primeira posição ficou com Pernambuco. É importante destacar que a renda per capita do Nordeste em 2018 era de R\$ 17.703, menor que a da Bahia e que considerando os outros estados do país apenas Sergipe apresentou queda (-1,8%). Dentre os três grupos de atividades da economia baiana, a agropecuária contou com a maior queda (-6,9%). Assim, esse setor que participava com 7,6% em 2018 vai para 6,8% no valor adicionado bruto em 2019. Já a variação na indústria não foi tão grande, saiu de 21,5% para 21,8% em 2019. Nesse ano as maiores participações nas atividades industriais ocorreram na indústria de transformação 53,2%, construção civil (22,3%), eletricidade (19,1%) e extrativa mineral (5,4%) (SEI, 2019).

O setor de Serviços, sempre importante para o estado por conta do volume de participação cresceu 1,6%, compondo 71,3% do valor adicionado bruto. As atividades que contribuíram para essa elevada parcela do setor de serviços foram administração pública (30,4%), comércio (17,8%) e atividade imobiliária (12,7%) (SEI, 2019).

O ano de 2020 muda consideravelmente os índices de participação da economia baiana por conta da pandemia do Covid-19 que afetou todo o mundo. A taxa de crescimento do PIB do Brasil foi de -3,3% e a da Bahia -4,4%. No comparativo com a região Nordeste, o estado apresentou 28,3% de participação e conseguiu continuar entre as dez maiores economias brasileiras, o Nordeste em relação ao restante do país 14,4%. O PIB per capita baiano foi de R\$ 20.449 e o da região Nordeste de R\$ 18.812. A maior queda do PIB brasileiro foi registrada no estado do Rio Grande do Sul (-7,2%) e o maior crescimento ocorreu no Mato Grosso do Sul (0,2%) (SEI, 2021).

Nesse ínterim, cabe destacar como o setor agropecuário foi importante para a economia baiana, houve alta de participação de 10,5% nesse setor. Com esse desempenho o

valor adicionado bruto da agropecuária passou de 6,8% para 10,4% em 2020 e diferente dos outros anos a agricultura aumentou sua participação na composição do PIB (16%). Já o setor industrial da Bahia em 2020 variou negativamente em volume (-0,4%), as atividades da indústria extrativa caíram (-3,7%) puxadas pela extração de petróleo e gás. As atividades na indústria de transformação também caíram, puxadas principalmente pelo fechamento da Ford, impactando negativamente na atividade metalúrgica e conseqüentemente no mercado de trabalho dessa área (SEI, 2021). O setor de serviços retraiu 6,9%, mas ainda assim contribuiu com 67,4% do valor adicionado bruto de 2020. As maiores quedas foram nas atividades de alojamento e alimentação (-28,1%), transportes (-14,5%), comércio (-5,3%), saúde e educação (-6,0%) e na administração pública (-7,2%) (SEI, 2021).

No que se refere a inserção da economia baiana no cenário internacional a Bahia se destaca na produção de produtos primários, principalmente grãos e bens intermediários como químicos, petroquímicos e metalúrgicos. Em 2020 o estado era o 10º em valor exportado no país com US\$ 7,8 bilhões em 2020, uma queda de 4% em comparação ao ano anterior. Entre 2017 e 2020 também houve redução só que menos intensa, média de 0,8% ao ano. A participação da Bahia na exportação nordestina também aumentou entre 2017 e 2020, passando de 48% para 48,5% respectivamente. A representatividade em âmbito nacional também aumentou, saindo de 3,69% para 3,74%. Considerando todos os nove estados que fazem parte da região Nordeste, destaca-se o aumento de participação de Alagoas (31,1%, Piauí (7,6%) e Pernambuco (7,7%) na comparação de 2019-2020 (MDIC – Comex Stat).

Como já apontado, 2020 é um ano atípico para todo o mundo por conta das medidas de restrição sanitária ocasionadas pela pandemia de Covid-19. Mas a Bahia, de acordo com o Boletim de Comércio Exterior apresentou resultados acima do esperado para o biênio pandêmico (2019-2020). Isso foi possível pelo bom desempenho dos setores agropecuário e mineral, com destaque para a soja e derivados do petróleo puxados pela demanda asiática e chinesa contribuíram para amenizar o cenário de crise (SEI, 2020, dez.).

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2020, a Bahia reduziu em 5,3% o volume no comércio internacional e o Brasil recuou 5,4%, ou seja, a queda nas exportações da Bahia acompanhou o país. Colaboraram para o desempenho baiano os subsetores de “soja mesmo triturada” (15,6%) e demais derivado de petróleo (29,2%), esses subsetores são historicamente importantes para a economia do estado. Já os subsetores de “celulose” e “demais produtos têxteis” caíram 13,9% e 2,4%, respectivamente (MDIC – Comex Stat).

Os municípios que mais contribuíram com o desempenho das exportações baianas concentram 76,9% de toda exportação estadual. Mostrando mais uma vez como a economia baiana é desigual e concentrada, pois dos 417 municípios, apenas 10 estão nesse volume de

participação. Luís Eduardo Magalhães, oeste do estado, por exemplo, responde por 85,2% das exportações relacionadas ao setor de soja e 57,1% das exportações de “Algodão, não cardado nem penteado”. O município faz parte da fronteira de expansão agrícola e se destaca por conta da produção de soja, milho e algodão, em 2020 foi responsável por US\$ 1,3 bilhão das exportações baianas (16,7%) (MDIC – Comex Stat).

Outro município de grande relevância para o estado da Bahia é Camaçari, contribuiu com 15,5% para as exportações baianas em 2020. O desempenho da cidade garantiu a totalidade das exportações estaduais de “pasta química de madeira, para dissolução”, “grupos electrogéneos e conversores rotativos, elétricos” e “automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas”. Camaçari também conta com o maior Polo industrial do estado que se estende até Dias d'Ávila, o sexto principal exportador do estado. O Polo é integrado ao complexo industrial do Hemisfério Sul, com mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústrias de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços (MDIC – Comex Stat).

Francisco do Conde, localizado na RMS é o terceiro município em participação nas exportações baianas. Em 2020 exportou 99,2% do total do estado de “óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos” e 38,6% de “Vaselina, parafina, outras ceras minerais e produtos semelhantes obtidos por síntese ou por outros processos, mesmo corados”, não por acaso é onde está instalada a Refinaria Landulpho Alves, segunda em capacidade no Brasil, a primeira é a Refinaria de Paulínia (MDIC – Comex Stat).

Desse modo, o que mais sobressai nas questões apresentadas é a alta concentração e especialização das exportações de Luís Eduardo Magalhães, Camaçari e São Francisco do Conde que juntos correspondem a quase metade das exportações baianas.

3. Mercado de trabalho baiano: a persistência das desigualdades

A economia brasileira experimentou um crescimento com inclusão social no período de 2004-2013, reduzindo a desigualdade de renda do trabalho e ampliando significativamente a formalização dos trabalhadores. O crescimento do PIB brasileiro – aliado a uma situação internacional favorável, melhora na distribuição de renda e ampliação do crédito – produziu aumento do emprego com carteira assinada e redução no ritmo de crescimento do emprego sem carteira, principalmente no serviço doméstico remunerado e no trabalho por conta própria, com destaque para o período 2004-2008 (Baltar, 2013; Leone & Mendonça, 2021).

O aumento dos empregos formais influenciou na redução da taxa de desemprego e na mudança das ocupações de homens e mulheres na atividade econômica. Houve redução do crescimento do emprego formal ainda em 2014, mas a piora nos indicadores e queda da atividade econômica ocorreu em 2015 e 2016, período de recessão com forte queda do PIB (Leone & Mendonça, 2021).

O cenário nacional trouxe reflexos para a economia baiana, entre 2015 e 2016, houve redução total da força de trabalho de 7.413 para 7.297 milhões de pessoas. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) a Bahia apresentou as piores taxas de desocupação com uma média anual de desocupação em 15,9%, enquanto a do Brasil foi de 11,5%. No quarto trimestre de 2016 a taxa de desocupação baiana era de 16,6%, a segunda maior do país, já a brasileira foi de 12% e a do Nordeste 14,4%. A menor taxa de desocupação entre as regiões nesse ano foi no Sul (7,7%). Esses resultados mostram as acentuadas diferenças regionais que persistem no Brasil e que em momentos de crise aqueles estados já notadamente desiguais sofrem de maneira ainda mais intensa os efeitos socioeconômicos de uma recessão.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS), como já destacado anteriormente concentra os melhores postos de trabalho e investimentos da Bahia e, conseqüentemente, os melhores indicadores. Por conta disso, os empregos formais do estado no período de 2010 a 2015 evidenciaram a conhecida concentração espacial na RMS, contando com praticamente metade do estoque geral de empregos formais da Bahia. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2010 a RMS contava com 51% do total de empregos formais do estado, em 2013 48,8% e em 2015 48,6%.

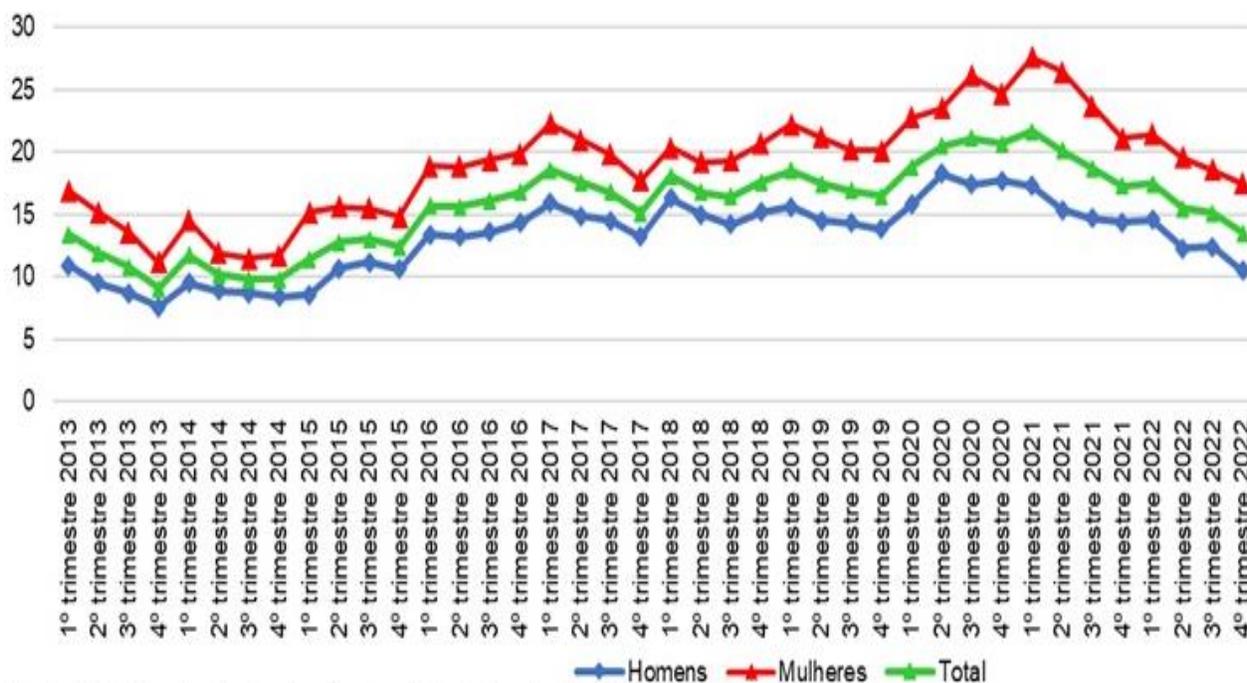
Como resultado da recessão e da crise política que o país enfrentava houve uma reversão dos avanços sociais conquistados até 2014 e desaceleração da economia. As ocupações formais e a renda do trabalho diminuíram levando ao aumentando da informalidade e das desigualdades prejudicando o conjunto da população, em especial as mulheres.

Assim como no Brasil, na Bahia as mulheres compõem a maior parte da população, no entanto, elas continuaram nas piores posições dos indicadores do mercado de trabalho. Como pode ser visto no gráfico abaixo, as variações que ocorreram nas taxas de desocupação por sexo na Bahia ao longo do período de 2013 a 2022 não deixam dúvidas sobre as diferenças existentes entre os sexos, já que em toda a série as mulheres apresentaram maior índice de desocupação.

Nos períodos de crise e de ataque aos direitos socialmente conquistados as desigualdades se acentuam. As mulheres costumam ser as primeiras a perder os postos de trabalho e as últimas a retornar devido as assimetrias históricas e estruturais que separam homens e mulheres na divisão sexual do trabalho. No Gráfico 2, é possível perceber uma

elevação na taxa de desocupação das mulheres, que vinha em alta desde a crise de 2015-2016, e que voltou a se intensificar em 2020, em meio à pandemia.

**Gráfico 2. Taxa de desocupação (%) por sexo.
Bahia: 1º trimestre de 2013 ao 4º trimestre de 2022.**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

A reforma trabalhista foi aprovada em 2017 com o discurso de maior geração de empregos formais e modernização do mercado de trabalho, mas a promessa não foi cumprida. A literatura mais recente mostra que na verdade as taxas de desemprego e de informalidade se mantiveram elevadas. O conjunto dos trabalhadores foi muito prejudicado por conta da insegurança jurídica e do aumento da precariedade, já que nem os mínimos sociais eram garantidos. A subutilização também aumentou após aprovação da reforma – 1,2 milhões de pessoas, impactando 25% da força de trabalho (Krein, 2019). Tal situação contraria os critérios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho sobre o que é considerado trabalho decente.⁵

⁵ “A noção de Trabalho Decente integra as dimensões quantitativa e qualitativa do emprego. Ela propõe não apenas medidas dirigidas à geração de postos de trabalho e ao enfrentamento do desemprego, mas também à superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou se baseiam em atividades insalubres, perigosas e/ou degradantes. Afirma a necessidade de que o emprego esteja também associado à proteção social e aos direitos do trabalho, entre eles os de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva” (Abramo, 2010, p. 152).

Os argumentos de aumento de empregos e crescimento econômico não se sustentaram, principalmente quando analisada a qualidade dos postos de trabalho gerados após a implementação da reforma trabalhista. A realidade foi uma economia estagnada, taxas de desemprego elevadas e aumento da informalidade, já que as pessoas precisavam sobreviver e para isso acabavam se submetendo a ocupações informais, com contratos precários, sem proteção trabalhista e contribuição previdenciária, como motoristas de aplicativos para ter alguma renda.

Em 2017, de acordo com a PNADC, a Bahia atingiu 15% de desocupação da sua força de trabalho, taxa de desocupação maior que a do Brasil (11,8%) e da região Nordeste (13,8%), a menor taxa de desocupação foi de Santa Catarina (6,3%) na região Sul. Os setores de agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura despencaram (11,7%). Houve queda também na construção (-8,4%), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-8,1%) e no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-2,6%). Já os setores de outros serviços cresceram (25,9%), seguidos de administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (14,6%), alojamento e alimentação (9,0%), indústria geral (5,7%), transporte, armazenagem e correio (5,5%) e serviços domésticos (3,5%).

Em 2018, a economia brasileira apresentava estagnação. Não se pode considerar que houve retomada da economia na Bahia neste ano. De acordo com a PNADC, a taxa de desocupação na Bahia foi de 17,4%, a segunda maior do país, continuou maior que a do Brasil (11,6%) e do Nordeste (14,4%), a região Sul manteve a menor taxa de desocupação (7,3%). No ano seguinte, o número de desempregados e subocupados continuou alto em todo país que ainda vivia os efeitos da recessão e lenta retomada. A Bahia continuou apresentando desempenho econômico aquém do desejado com desocupação de 16,4%, maior que a do Brasil (11%) repetidamente e da região Nordeste (13,6%) que em 2019 manteve a taxa mais alta de desocupação entre as regiões e sem surpresas a região Sul com a menor (6,8%).

O cenário econômico em 2020 foi ainda mais difícil por conta da Covid-19. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde recomendou o isolamento social por conta dos riscos iminentes da pandemia. As medidas necessárias para a preservação da vida afetaram todo o mundo e deixou consequências mais dramáticas para aqueles territórios localizados na periferia mundial como o Brasil e a Bahia. Além disso, a economia brasileira não vinha de um período de crescimento da atividade econômica, por isso a pandemia piorou o cenário, mas não foi a única causa do baixo desempenho econômico.

Desse modo, com as restrições necessárias para prevenção ao vírus, o mercado de trabalho que já não vinha apresentando bom desempenho sofreu fortemente os impactos da pandemia. Dentre as perdas nos postos de trabalho cabe destaque para as atividades de

cuidado como domésticas, babás e cuidadoras, grupo historicamente discriminado com baixos salários e baixa escolaridade. A maioria delas mulheres negras em ocupações marcadas pela cor/raça porque mesmo a população negra constituindo maioria numérica é minoria em condições sociais e econômicas no estado.

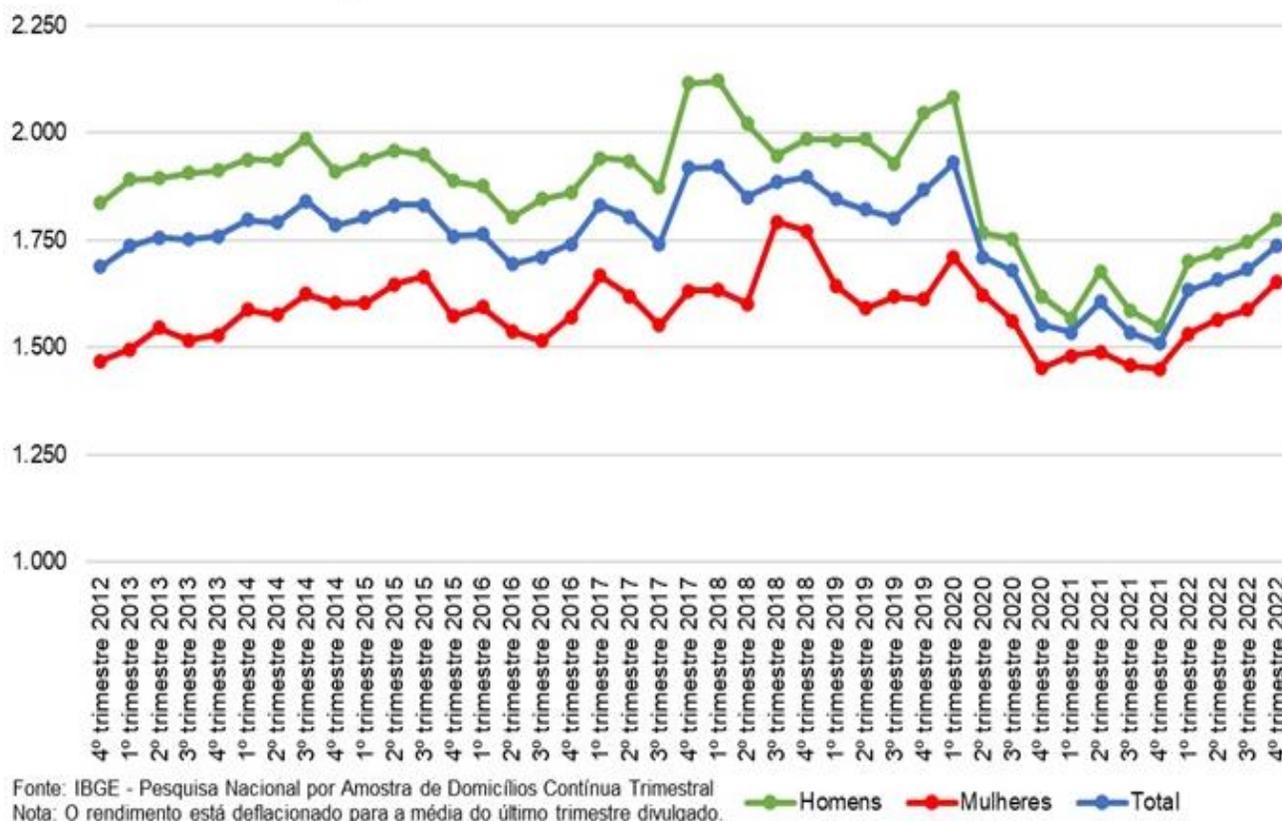
Em 2020, o setor de serviços domésticos encolheu 23,7%. Essas ocupações são marcadas pela informalidade da população ocupada. Na Bahia, no terceiro trimestre de 2019, o grau de informalidade registrado foi de 54,8% e 51,3% em 2020. O desalento também foi muito alto, 813 mil pessoas estavam nessa situação, terceira maior posição do trimestre analisado com aumento de 39 mil indivíduos em um ano. Assim, a Bahia continuava com a maior quantidade de desalentados do país desde o início da pesquisa (SEI, 2021).

Ainda em 2020, a taxa de desocupação brasileira foi para 13,9% e a do Nordeste para 17,2%, a mais alta entre as regiões. A Bahia que já vinha com alta taxa de desocupação atingiu 20% em 2020, dividindo esta posição com o estado de Alagoas que também registrou 20% de desocupação. Atualmente, a desocupação na Bahia está em 14,4% da população na força de trabalho menor que na Região Metropolitana de Salvador (16,9%). De todo modo, o estado segue com uma taxa de desocupação maior que a região Nordeste (12,2%) e do Brasil (8,8%) (SEI, 2023).

No que se refere a renda dos baianos, a trajetória de rendimentos do trabalho principal, por sexo, mostra a persistente diferença de rendimentos entre homens e mulheres durante toda a série analisada (2013-2022). Houve variações ao longo do período, mas os rendimentos das mulheres permaneceram abaixo da média estadual (Gráfico 3).

A partir dos dados trimestrais da PNADC em 2020, ano pandêmico, o rendimento médio real do trabalho na Bahia foi de R\$ 1.617. No mesmo período em 2019, o valor foi de R\$ 1.664. Houve diminuição na renda de trabalhadores e trabalhadoras, mas os maiores valores continuaram sendo recebidos pelos homens. Em 2022, o rendimento médio do trabalho principal para as mulheres foi de R\$ 1.604 e para os homens R\$ 1.762, apresentando maior diferença entre os valores auferidos. O setor da economia que mais contribuiu para o rendimento das mulheres na Bahia foi o de Administração Pública com renda média real de R\$ 2.585, já o setor em que a renda média das mulheres apresentou menor valor foi o de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (R\$ 556). Há nessas diferenças de valores uma marca da divisão sexual do trabalho, considerando que o setor de agricultura e pecuária emprega fortemente os homens, mostrando também a importância do setor público baiano para a renda das trabalhadoras (SEI, 2023).

**Gráfico 3. Rendimento médio (R\$) do trabalho principal, por sexo.
Bahia: 1º trimestre de 2013 ao 4º trimestre de 2022.**

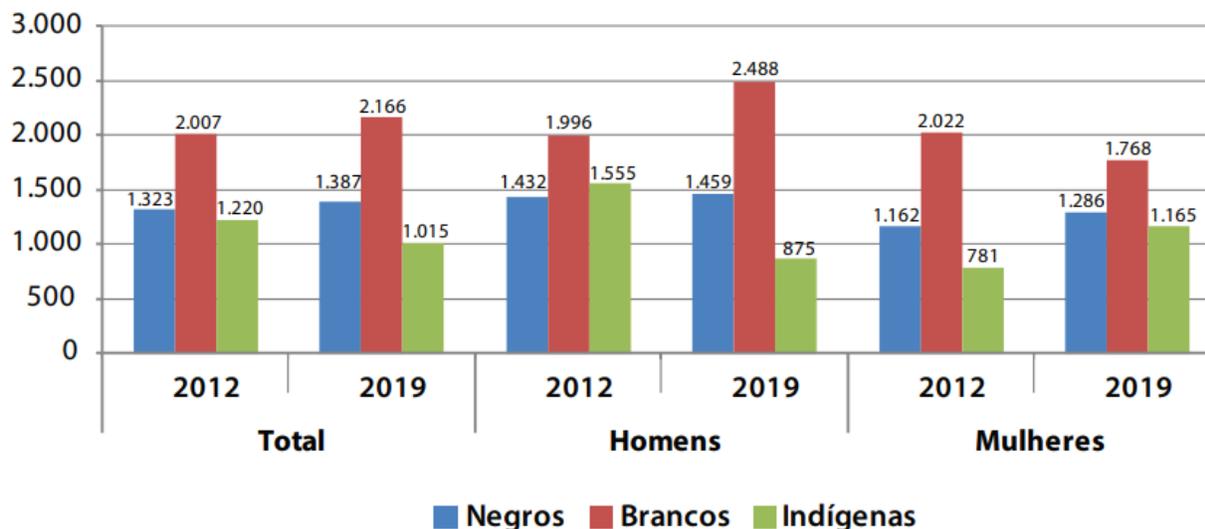


21

É possível perceber que uma série de fatores bloquearam a tendência de melhoria do mercado de trabalho baiano, que tinha conseguido bons resultados até meados de 2014, puxado pelo crescimento com inclusão social ocorrido no país e pelas políticas públicas. Como a Bahia é um estado dependente da economia nacional, a recessão que atingiu o país refletiu diretamente no mercado de trabalho baiano. Além da recessão, da crise política e econômica e dos resultados negativos da reforma trabalhista, que contribuiriam para a precarização do trabalho, a pandemia acentou problemas históricos e estruturais do estado que prejudicaram sobremaneira a população mais pobre.

Outra característica importante é a persistente desigualdade de rendimento mensal considerando a cor da pele/raça da força de trabalho ocupada (Gráfico 4). Em 2019, o rendimento médio de todos os trabalhos dos homens brancos era 70,5% maior do que o dos homens negros, enquanto o rendimento médio das mulheres brancas era 37,5% maior do que o das mulheres negras. Também se nota que os indígenas tinham os menores rendimentos. Sem dúvida, essa desigualdade racial é um traço estrutural do mercado de trabalho baiano.

Gráfico 4. Rendimento médio (R\$) de todos os trabalhos, por sexo e cor/raça. Bahia: 2012 e 2019.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Retirado de Silva et al. (2020, p. 5).

Nota: Rendimento médio mensal real da população residente, em Reais, em preços médios de 2019.

Na Tabela 1, que apresenta um retrato sintético do mercado de trabalho, é possível observar as diferenças entre a Região Metropolitana de Salvador e os demais municípios do estado no período mais recente. Dentre as variáveis selecionadas para o 4º trimestre de 2022, destaca-se que o nível de ocupação da RMS (56,1%) é maior do que o restante do estado (50,1%), o mesmo ocorrendo com a taxa de desocupação (15,4% na RMS e 12,6% nos demais municípios). A taxa de informalidade chama atenção pela diferença de quase 20 pontos percentuais entre a RMS e o conjunto dos demais municípios, onde a informalidade atinge 58% dos ocupados. Como discutido na seção 1.1, o persistente problema da concentração regional da atividade industrial na Bahia se reflete no mercado de trabalho. Ou seja, desde o período de industrialização do estado, as treze cidades que compõem a RMS apresentam melhores indicadores de mercado de trabalho do que os demais municípios baianos.

Merece destaque o papel do emprego público, que representa cerca de um terço do emprego formal na Bahia, contribuindo para gerar ocupações com os mínimos sociais garantidos. O peso do emprego público no total das ocupações assalariadas atinge 18,8% na RMS e 25,4% no restante do estado. Ocorre uma situação inversa nos empregos do setor privado (78% com carteira assinada na RMS e apenas 46,4% nos demais municípios), o que pode ser explicado pela influência da concentração industrial e pela presença de grandes estabelecimentos comerciais e de serviços na região metropolitana. Essa diferença estrutural no que se refere aos empregos ofertados na RMS e no restante do estado pode ser

compreendida não apenas por uma questão territorial, mas pelo processo de industrialização e pela concentração de poder econômico, como visto anteriormente.

**Tabela 1. Retrato do mercado de trabalho.
Bahia, Região Metropolitana de Salvador e demais municípios: 4º trimestre de 2022.**

Variáveis e indicadores	Bahia	RM Salvador	Demais municípios
Pessoas em idade de trabalhar (mil)	12.083	3.301	8.782
Pessoas na força de trabalho (mil)	6.997	2.188	4.809
Pessoas ocupadas (mil)	6.052	1.851	4.201
Pessoas desocupadas (mil)	945	337	608
Empregados no setor privado (mil)	2.770	970	1.800
Empregados no setor privado com carteira assinada (mil)	1.593	757	836
Empregados no setor público (mil)	839	225	614
Ocupados informais (mil)	3.157	715	2.442
Nível de ocupação	50,1%	56,1%	47,8%
Taxa de desocupação	13,5%	15,4%	12,6%
Taxa composta de subutilização	31,8%	27,0%	...
Taxa de informalidade	52,2%	38,6%	58,1%
Peso do emprego público no total de empregados	23,2%	18,8%	25,4%
Peso do emprego formal no setor privado	57,5%	78,0%	46,4%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Nesse sentido, o mercado de trabalho baiano tem grandes desafios pela frente, como diminuir a informalidade, aumentar a qualidade dos postos de trabalho, diminuir as taxas de desocupação e subutilização, que seguem em alta. Para isso é necessário crescimento econômico com melhor distribuição de renda e investimentos públicos que considerem as particularidades do extenso território que o estado possui.

Considerações finais

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar um panorama histórico da formação das políticas de desenvolvimento na Bahia, o processo de industrialização e como a implementação dessas políticas levaram a um cenário de concentração regional e setorial da economia baiana em poucos municípios do Estado bem como desequilíbrios no mercado de

trabalho. A partir da discussão apresentada, foi possível perceber que a economia baiana foi construída em bases coloniais de exportação e exploração que marcaram sua dependência nacional e internacional na divisão do trabalho.

Nesse sentido, a dinâmica econômica do estado está diretamente relacionada com sua heterogeneidade e, por isso, o grande desafio da Bahia é integrar o seu território. As políticas de industrialização realizadas até 1980 proporcionaram crescimento econômico por anos, mas que essas políticas não foram capazes de integrar os municípios porque ficaram restritas basicamente à Região Metropolitana de Salvador.

O problema da dependência econômica também se deve a uma pauta de exportação baseada em poucos setores produtivos que dependem de fatores exógenos como o clima, por exemplo. Num estado que há anos convive com a seca, 78,6% do seu território é semiárido, a dependência agrícola e agropecuária é um fator que deve ser analisado com cuidado pelas políticas públicas porque qualquer instabilidade pode comprometer a safra. Além disso, o setor industrial é produtor de bens intermediários, concentrado em segmentos tradicionais, sem tecnologia avançada, o que reduz sua competitividade.

Ao analisar a evolução da dinâmica da economia baiana é possível perceber que em alguns períodos o estado conseguiu crescer mais que a região Nordeste e o restante do país, em 1985, por exemplo, o PIB da Bahia representava 40% da economia nordestina e 5,4% da economia nacional, mas ao longo dos anos essa participação foi diminuindo. Em 2015 com os reflexos da crise econômica houve retração de 3,4% no PIB; em 2016, o PIB baiano diminuiu em 6,2%. Sem dúvida, a recessão econômica prejudicou bastante o mercado de trabalho baiano, em especial na Região Metropolitana.

No entanto, em 2017 o estado volta a perder participação na economia nacional em um contexto de estagnação econômica, até 2019. Com a pandemia que atingiu o conjunto da população baiana, com impactos não só na saúde como na economia e em outras áreas sociais, os indicadores mudam. Em 2020, a taxa de crescimento do PIB do Brasil foi de -3,3% e a da Bahia -4,4% (houve redução do volume de exportação em 5,3%, equivalente ao quadro nacional). Ainda assim, a Bahia conseguiu surpreender no biênio pandêmico (2020-2021), por conta dos setores agropecuário e mineral.

No que se refere ao mercado de trabalho baiano, é necessário considerar as políticas adotadas em âmbito nacional, as mudanças na estrutura produtiva, o processo de desindustrialização e os avanços das políticas neoliberais como um todo, pois essas questões afetam sobremaneira o estado. A Reforma Trabalhista, por exemplo, foi aprovada com a promessa de maior geração de empregos e modernidade no mercado de trabalho. Porém, os impactos para os trabalhadores foram de crescimento da informalidade, da precarização e da

insegurança jurídica – ou seja, aqueles indivíduos já historicamente vulneráveis continuaram sendo os mais prejudicados, mas outros segmentos da força de trabalho foram afetados.

Na Bahia, os setores de comércio e serviço são os que mais empregam e os com maior representação em termos de PIB. Porém, em 2020, o setor com maior representatividade foi o agropecuário. Até fevereiro de 2020, o saldo de empregos estava positivo, mas de março em diante (momento de restrições estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde para evitar a disseminação do coronavírus) o desemprego aumentou consideravelmente, atingindo o pico em junho com a perda de 71.244 empregos formais. A Bahia apresentou retomada na dinâmica econômica e na geração de empregos em 2021 puxados pelo seu carro chefe: o setor de serviços e comércios. Mas o estado ainda continuou apresentando elevada taxa de desocupação e de desalento.

A partir dos dados mais recentes sobre o retrato do mercado de trabalho baiano, em 2022, as diferenças regionais nos indicadores de ocupação, desocupação e informalidade ganham destaque, pois os treze municípios da RMS apresentam melhor desempenho do que o restante do estado (404 municípios). A conhecida concentração espacial e setorial continua interferindo nas melhores alocações de recursos, emprego e renda prejudicando o desenvolvimento estadual, sobretudo da população mais pobre que na Bahia é feminina e negra.

Diante dessa realidade, são necessários maiores esforços de planejamento de médio e longo prazo, que não fique restrito ao âmbito estadual, mas esteja articulado com uma efetiva política nacional de integração regional, que possa desenvolver a Bahia e o Nordeste de modo sustentável, com geração de postos de trabalho de qualidade, inclusive aqueles vinculados ao agronegócio, para a melhoria da qualidade de vida dos baianos em todo o seu território, sem privilegiar apenas sua Região Metropolitana, como ocorre há vários anos. Nesse sentido, é necessário traçar políticas que abarquem os 417 municípios do estado, por meio de intervenções planejadas de longo prazo e promovendo a desconcentração da renda – por exemplo, utilizando os Territórios de Identidade como estratégia de integração.

25

Referências

Abramo, L. (2010). Trabalho decente: o itinerário de uma proposta. *Bahia Análise e Dados*, 20, (2/3), 151–171. https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/trabalho_decente.pdf

Almeida, R. B. (1952/2009). Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 11(19), 82–101. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1056>

- Almeida, R. (1970). Industrialização da Bahia e sua repercussão no desenvolvimento industrial. *Aratu – Um Pólo de Desenvolvimento*, 3(35), 2–11.
- Almeida, R. (1986). *Rômulo: voltado para o futuro*. Banco do Nordeste do Brasil.
- Araújo, T. B. (1995). Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In R. B. A. Affonso & P. L. B. Silva (Orgs.), *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento* (pp. 125-156). Editora Unesp.
- Cavalcante, L. R. M. T. (2008). *A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX*. FIEB.
- Jesus, J. A. (2017). *A trajetória do trabalho no Recôncavo: entre avanços e retrocessos*. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade de Salvador.
<https://tede.unifacs.br/tede/bitstream/tede/658/2/Tese%20JOSIAS%20%20ALVES%20DE%20JE%20SUS%202018.pdf>
- Leone, E. (2019). Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013). [Texto para Discussão, n. 363], Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD363.pdf>
- Leone, E., & Ribeiro, A. M. (2021). Mulheres na atividade econômica em contextos de recessão e estagnação. In C. S. Antioga, M. Maia & Noemia de Moraes Santos (Orgs.), *Trabalho feminino: desafios e perspectivas no Brasil*. Appris.
- Leone, E., Teixeira, M., & Baltar, P. (2021). Os impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. In J. D. Krein, M. Manzano, M. O. Teixeira & P. R. Lemos (Orgs.), *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)* (pp. 78-113). CESIT-UNICAMP.
https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2021/06/VOL-1_A-reforma-trabalhista_21.06.21.pdf
- Mariani, C. (2020). Análise do problema econômico baiano. In G. C. Pessoti (Org.), *Memórias da economia baiana* (pp. 118-183). Publicações SEI.
https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/meb/meb_2020.pdf
- Neto, L. G. (1997). Trajetória de econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados*, 11(29), 37–54. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100003>
- Pessoti, G. C., & Pessoti, F. C. L. (2019). Panorama econômico da Bahia no século XXI. *BNB Conjuntura Econômica*. Edição especial 15 anos, 385–408.
<https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica/edicao-especial-15-anos>
- Pessoti, G. C., Pessoti, F. C. L., & Silva, D. V. (2020). Os ciclos econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975-2020. In G. C. Pessoti (Org.), *Memórias da economia baiana* (pp. 322-361). Publicações SEI.
https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/meb/meb_2020.pdf
- Pinto de Aguiar, M. (1958/1977). Notas sobre o “enigma baiano”. *Planejamento*, 5(4), 123–136.

Quiroz, F. A., Souza, L. N., & Reis, R. B. (2020). A Bahia não é só Salvador: uma análise do desenvolvimento econômico desigual no estado. *Revista Científica do Sertão Baiano*, 1(1), 9-21. <https://fcgba.com.br/revista/index.php/1/article/view/5/2>

Silva, A.M.B., Etkin, G., Nascimento, L. N., & Chateaubriand, L. (2020). Panorama socioeconômico da população negra da Bahia. [Textos para Discussão, n. 17], Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17.pdf

Spinola, N. D. (2009). *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Editora Unifacs.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2020). Panorama econômico da Bahia no século XXI. [Textos para Discussão, n. 16], SEI, Salvador. https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_16.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2020, dezembro). Boletim de Comércio Exterior da Bahia. https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2020.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2021) Condições de vida das mulheres baianas. [Textos para Discussão, n. 24]. https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_24.pdf

Tavares, L. H. D. (2019). *História da Bahia*. EDUFBA, Editora Unesp.

Teixeira, F., & Guerra, O. (2000). 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análises & Dados*, 1(10), 87-98.

Fontes de informação

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) (2021). *Bahia: Perfil e oportunidades de exportações e investimentos 2021*. <http://www.sde.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Bahia-Perfil-e-Oportunidades-de-Exportac%CC%A7o%CC%83es-e-Investimentos-2021-1.pdf>

Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). Apresentação. <https://www.codeba.gov.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/home.php>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014). *Pesquisa da Pecuária Municipal 2014*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2014_v42_br.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça. <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/11/13/pobreza-na-ba-e-maior-entre-pretos-ou-pardos-e-mulheres-solteiras-com-filhos-menores-de-14-anos-aponta-ibge.ghtml>

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Comex Stat. Exportação e importação geral. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

Observatório do Trabalho da Bahia (2016). Análise socioeconômica e das condições do mercado de trabalho na Bahia na década de 2010. [Estudo Temático], Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

<https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/895?>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2014). Anuário Estatístico da Bahia, 27.

https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/anuario_estatistico/anuario_estatistico_2014.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2015). PIB estadual. Atividade econômica baiana atinge R\$ 245 bilhões em 2015.

https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2015.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2016). Contas Regionais, Bahia 2016. https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2016.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2018). PIB estadual anual 2018. https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2018.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2019). PIB estadual anual 2019. https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2019.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2020). PIB estadual anual 2020. https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2020.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2021). PIB estadual anual 2021. https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2021.pdf

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2022). Tabelas e gráficos - PIB Estadual Anual.

https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=1139&lang=pt

Recebido em 10 de dezembro de 2022.

Revisado em 29 de agosto de 2023.

Aprovado em 15 de outubro de 2023.